

ESMESC

PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL 036 /2022 -TJSC

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. A prova é composta por 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 2 (duas) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva - 2º Etapa.
2. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
3. O tempo de realização da prova será de 4:30 horas. ONLINE, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
4. O candidato terá apenas uma tentativa de resolução das questões da prova.
5. A segunda etapa da prova (prova discursiva) somente será liberada após o candidato encerrar a primeira (prova objetiva) e realizar o intervalo ou não pelo período de até 5 minutos.
7. O gabarito com as respostas estará disponível na plataforma de realização da prova, após às 13h do dia 05 de junho de 2023.
8. O resultado preliminar da 1ª Etapa da seleção, em nota, estará disponível no dia 05 de junho de 2023, após as 13h, no portal da Esmesc.

BOA PROVA!

Florianópolis, 2023.

ESMESC

PROVA SELETIVA OBJETIVA – 1ª ETAPA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre o Poder Constituinte Originário assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Poder Constituinte Originário é considerado um poder oriundo de fatos políticos e se manifestam em momentos de ruptura.
- b) A Assembléia Constituinte de 1988 não foi um caso de poder constituinte originário pois não ocorreu ruptura com a ordem jurídica anterior.
- c) O Poder Constituinte Originário deve respeitar os limites estabelecidos pelas clausulas pétreas.
- d) O procedimento que será adotado pelo Poder Constituinte Originário para elaborar a nova constituição deve ser previsto na Constituição anterior.
- e) O Poder Constituinte Originário atua de forma ilimitada, sem ficar vinculado a questões políticas ou sociais no processo de formação da nova Constituição.

2) Sobre a decisão de mérito proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A decisão de mérito em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão permite que o judiciário legisle para suprir a omissão inconstitucional.
- b) No caso de omissão legislativa a decisão em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão serve para dar ciência ao órgão competente da omissão.
- c) No caso de omissão de natureza administrativa a decisão em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão serve para dar ciência ao órgão competente da omissão.
- d) A decisão em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão tem efeitos *inter partes* e vinculante para os órgãos da administração pública.
- e) A decisão em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão é passível de revisão por meio de Ação Rescisória.

3) Sobre o direito fundamental de liberdade de reunião assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente pessoas físicas podem convocar reuniões em locais públicos.
- b) O exercício do direito de liberdade de reunião fica limitado aos locais previamente determinados pelo Poder Público.
- c) O direito de liberdade de reunião protege atos pacíficas, sendo vedada utilização de armamento ou prática de atos ilícitos.
- d) O prévio aviso a autoridade competente é dispensado nos casos previstos pela Constituição federal de 1988.
- e) A liberdade de reunião pode ser condicionada a prévia autorização judicial, quando exista conflito com o interesse público.

4) Em casos de conflitos entre direitos fundamentais é CORRETO afirmar que:

- a) a solução do conflito se dá pela revogação de um dos direitos fundamentais relacionados ao caso, pois desta forma será garantida máxima eficácia ao direito fundamental mais fraco no caso concreto.
- b) a solução do conflito se dá pela aplicação da ponderação de interesses, permitindo que se realize uma análise entre os direitos conflitantes de forma a proteger o direito mais fraco e restringir o direito mais forte.
- c) a solução do conflito se dá pela aplicação do princípio da proporcionalidade para realizar a ponderação entre os direitos fundamentais conflitantes, visando a suspensão de um dos direitos fundamentais relacionados ao caso.
- d) a solução do conflito se dá pela aplicação da ponderação de interesses, permitindo que se realize uma ponderação entre os direitos conflitantes de forma a garantir o direito mais forte em detrimento do direito mais fraco, provocando, na prática, uma revogação.
- e) a solução do conflito se dá pela aplicação do critérios de solução entre antinomias previstos pelo Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro.

ESMESC

05) O município XXXXXX, localizado no estado de SC, deseja editar uma lei municipal que regule o horário de funcionamento das farmácias localizadas no seu território, no intuito de melhor atenda a população local. Neste caso seria CORRETO afirmar que:

- a) a lei será inconstitucional em razão do princípio da livre iniciativa, que impede a intervenção estatal em atividades da iniciativa privada.
- b) a lei será constitucional condicionada que existam normas gerais da união e norma suplementar do estado de SC, pois se trata de competência concorrente, podendo o município apenas suplementar a legislação no que couber.
- c) a lei será inconstitucional por invadir competência da união, em razão do interesse nacional na regulação do exercício dessas atividades.
- d) a lei será inconstitucional, pois a competência para legislar sobre horário de funcionamento das farmácias é residual dos estados- membros.
- e) a lei será constitucional por se tratar de matéria de interesse local, estando dentro da previsão estabelecida no art. 30, inciso I da CF/88(legislar sobre assuntos de interesse local)

06) Rita Liberdade e Arnaldo Branco foram eleitos, no ano de 2022, para os cargos de Presidente e Vice da República. O mandato terá duração de 1º. de janeiro de 2023 a 05 de janeiro de 2027. Em março de 2025 eles renunciam, sendo declarada a vacância dos cargos de Presidente e vice. A hipótese CORRETA para a sucessão presidencial é:

- a) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, de 2023 para um mandato de 4 anos aos eleitos.
- b) No caso da vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, em qualquer período do mandato, será chamado ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, que convocará eleições diretas em 90 dias.
- c) Tendo ocorrido a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- d) Tendo ocorrido a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo voto direto, sendo considerado eleito aquele candidato que obtiver a maioria relativa dos votos totais.
- e) Tendo ocorrido a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita 90 dias depois da última vaga, pelo voto direto, sendo que o mandato será de 4 anos- contados da data da posse.

7) As normas constitucionais que estabelecem regras gerais para criação de órgãos e entidades estatais (necessitando de lei posterior para sua concretização) são chamadas de:

- a) normas de aplicabilidade imediata e eficácia plena
- b) normas de aplicabilidade imediata e eficácia contida
- c) normas de aplicabilidade mediata e eficácia limitada de princípio programático
- d) normas de aplicabilidade mediata e eficácia limitada de princípio institutivo.
- e) normas de aplicabilidade mediata e eficácia limitada e de princípio restringível

08) Um brasileiro nato, decide ir morar em outro país. Após 10 anos residindo naquele estado decide solicitar sua naturalização de forma voluntária por ter cumprido os requisitos da lei do país no qual reside. Neste caso é CORRETO afirmar:

- a) Mantém as duas nacionalidades em razão da previsão constitucional de dupla nacionalidade.
- b) Tem todos os seus direitos e garantias constitucionais suspensos se vier ao Brasil, pois não terá mais a nacionalidade brasileira.
- c) Perde a nacionalidade brasileira, em razão da previsão do texto constitucional.
- d) Não pode sofrer nenhuma espécie de privação, em razão da previsão constitucional dos direitos de liberdade.
- e) Caso cometa um crime naquele país e volte a residir no Brasil não podera ser extraditado

09) Com base no previsto no art. 103 e na jurisprudência do STF, pode(m) propor a ação direta de inconstitucionalidade sem o requisito da pertinência temática:

- a) o Presidente da República e o Procurador Geral da República.
- b) a Mesa de Assembléia Legislativa .
- c) o Governador de Estado.

- d) os Partidos políticos registrados junto ao TSE e o conselho federal da OAB.
- e) Conselho federal da OAB e Confederação Sindical de âmbito nacional.

10) A Constituição de 1988, ao consagrar no art. 2º o princípio da separação dos Poderes, declara-os independentes e harmônicos. Como consequência da previsão constitucional do princípio da separação dos Poderes,

- a) deputado federal só poderá ser ministro de estado se renunciar ao cargo.
- b) as funções típicas de um poder não podem ser exercidas pelos demais, havendo separação explícita entre as funções de cada poder para preservar a regra de independência.
- c) as funções legislativa, executiva e judiciária devem existir no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pois os entes federados possuem três poderes autônomos e independentes entre si.
- d) é vedado relação de hierarquia entre os poderes, impedindo assim que um poder venha a praticar atos que ofendam a independência dos outros poderes.**
- e) Emenda Constitucional não pode criar novas regras sobre separação de poderes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Doug Funnie, estagiário voluntário da Prefeitura Municipal de Codorna, facilitou dolosamente a aquisição de serviço de publicidade e propaganda por preço superior ao de mercado, causando prejuízo de quinhentos reais ao cofre público. Skeeter, Promotor de Justiça, ajuizou ação civil pública alegando que a conduta se enquadra em ato ímprobo que causa prejuízo ao erário. Ao final, requereu a procedência da ação e a condenação de Doug Funnie como incurso nas sanções da Lei de Improbidade Administrativa. A pretensão ministerial será julgada:

- a) improcedente, uma vez que estagiário não se enquadra no conceito de agente público para fins de improbidade administrativa.
- b) improcedente, considerando que o exercício de função sem remuneração afasta a incidência da Lei de Improbidade Administrativa.
- c) improcedente, diante da aplicação do princípio da insignificância considerando o baixo valor da perda patrimonial.
- d) procedente, passível de aplicação, dentre outras penalidades, de suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos e pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano.**
- e) procedente, com condenação do agente público ao pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração.

2. Considerando a nova Lei de Licitações, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

- a) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação.**
- b) preparatória; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de divulgação do edital de licitação; de habilitação; de julgamento; recursal; de homologação.
- c) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de habilitação; de julgamento; recursal; de homologação.
- d) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; de homologação; recursal.
- e) de divulgação do edital de licitação; preparatória; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de habilitação; de julgamento; recursal; de homologação.

3. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. Sobre a medida cautelar de indisponibilidade de bens, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O pedido de indisponibilidade de bens será deferido ainda que não haja demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.**
- b) A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.

ESMESC

- c) A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.
- d) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente.
- e) O juiz, ao apreciar o pedido de indisponibilidade de bens do réu, observará os efeitos práticos da decisão, vedada a adoção de medida capaz de acarretar prejuízo à prestação de serviços públicos.

4. São requisitos que se inserem no plano de validade do ato administrativo:

- a) competência; forma; motivação.
- b) autoexecutoriedade; imperatividade; presunção de legalidade.
- c) forma; objeto; finalidade.
- d) competência; motivo; tipicidade.
- e) coercibilidade; imperatividade; tipicidade.

5. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o regime jurídico aplicável aos servidores públicos: **ANULADA**

- a) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- b) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- c) É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- d) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.

6. Sobre serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Concessão de serviço público consiste na delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- b) É admitido o corte no fornecimento do serviço público diante de situação de emergência ou após prévio aviso quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações e por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- c) É vedada a previsão contratual de mecanismos de revisão das tarifas em atenção ao princípio da segurança jurídica.
- d) É dispensável prévia licitação na concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.
- e) A autorização de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos da Lei, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

7. Assinale a alternativa INCORRETA considerando o regime jurídico aplicável às empresas públicas e sociedades de economia mista:

- a) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- b) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- c) A empresa pública será criada apenas sob a forma de sociedade anônima, ao passo que a sociedade de economia mista admitirá qualquer forma empresarial.
- d) É competente a Justiça Comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.
- e) As sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou oponente.

8. Poder regulamentar:

- a) É aquele de que dispõe a administração para a prática de atos administrativos em que é mínima ou inexistente a sua liberdade de atuação.

ESMESC

- b) É o poder de apurar infrações e aplicar penalidades a servidores e a pessoas que tenham um vínculo especial com a Administração Pública.
- c) **Consiste na prerrogativa conferida à Administração Pública para expedir normas gerais, ou seja, atos administrativos gerais e abstratos, com eficácia erga omnes, nos limites da lei.**
- d) É o poder de que dispõe a administração pública para, na forma da lei, condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, visando a proteger os interesses gerais da coletividade.
- e) Encerra prerrogativa do Poder Público que dispõe de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato, quanto ao seu motivo, e, sendo o caso, escolher, dentro dos limites legais, o seu conteúdo.

9. A respeito dos contratos administrativos, é CORRETO afirmar que:

- a) São modalidades de garantia contratuais a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, o seguro-garantia e a fiança bancária, competindo ao Poder Público a opção por cada uma delas.
- b) **Considera-se cláusula exorbitante a modificação unilateral do contrato pela Administração Pública para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.**
- c) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento em caráter subsidiário.
- d) É prerrogativa da Administração Pública ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato em quaisquer hipóteses.
- e) O contratado terá direito à extinção do contrato se houver atraso superior a 90 dias, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

10. Assinale a alternativa INCORRETA tendo em vista a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) Em caso de inobservância de seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88, o Estado é responsável pela morte de detento.
- b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- c) A Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- d) **Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, desde que haja prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.**
- e) A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 8.112/90.

DIREITO CIVIL

01. Sobre o mandato, é CORRETO afirmar:

- a) Quando se outorgue mandato por instrumento público, este pode ser substabelecido apenas mediante instrumento público.
- b) O mandato deve ser expresso e escrito.
- c) O mandato, em termos gerais, confere poderes de administração e alienação.
- d) **O mandatário que exceder os poderes do mandato, ou proceder contra eles, será considerado mero gestor de negócios, enquanto o mandante lhe não ratificar os atos.**
- e) Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são anuláveis em relação àquele em cujo nome foram praticados.

02. É CORRETO afirmar sobre o contrato de fiança:

- a) Pode-se estipular a fiança, desde que com consentimento do devedor.
- b) **Se o fiador se tornar insolvente ou incapaz, poderá o credor exigir que seja substituído.**
- c) As obrigações anuláveis não são suscetíveis de fiança, exceto se a nulidade resultar apenas de incapacidade pessoal do devedor.

ESMESC

- d) Quando alguém houver de oferecer fiador, o credor é obrigado a aceitá-lo em qualquer situação.
- e) As dívidas futuras não podem ser objeto de fiança.

03. Sobre a posse e sua classificação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A posse de má-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.
- b) Entende-se, sempre, manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida.
- c) **É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.**
- d) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- e) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.

04. Roberto, maior, casado, é empresário e sofreu um acidente de carro na semana passada e, infelizmente, encontra-se em estado de coma no hospital. Os médicos não possuem condições de precisar quando o quadro clínico apresentado melhorará. A esposa de Roberto, Joana, deverá ingressar com:

- a) Pedido de divórcio, a fim de que possa auxiliar Roberto a tomar as melhores decisões acerca de sua vida pessoal e profissional sem interferir em seu patrimônio.
- b) **Pedido de curatela, que o conduzirá à incapacidade relativa, com a sua designação como curadora para assistir Roberto de forma a preservar seus interesses.**
- c) Pedido de curatela, que o conduzirá à incapacidade absoluta, com a designação de apoiador para representar Roberto de forma a preservar seus interesses.
- d) Pedido de tomada de decisão apoiada, a fim de que Roberto seja reconhecido como absolutamente incapaz e possa ser representado por Joana enquanto nessa condição se encontrar.
- e) Pedido de tomada de decisão apoiada, a fim de que Joana possa indicar dois apoiadores que auxiliem Roberto a tomar as melhores decisões acerca de sua vida pessoal e profissional.

05. O testamento público, de acordo com o Código Civil:

- a) Exige a presença de três testemunhas para o ato.
- b) É sempre escrito manualmente e nunca mecanicamente.
- c) **É a única forma permitida ao cego.**
- d) É aquele que só pode ser feito nas dependências de um tabelionato.
- e) Pode ser realizado em língua estrangeira.

06. É possível a exclusão dos descendentes pelos ascendentes nas situações específicas previstas em lei. Nesse caso, os descendentes do herdeiro excluído:

- a) Não sucedem.
- b) **Sucedem como se ele morto fosse.**
- c) Sucedem à proporção da metade do quinhão.
- d) Sucedem se houver renúncia dos demais herdeiros.
- e) Sucedem à proporção de 1/3 do quinhão.

07. Pedro casou com Juliana em 2015. Em 2022, Juliana, acometida de séria doença, faleceu deixando dois filhos menores de idade, frutos do casamento com Pedro. Após o falecimento da esposa, Pedro enamora-se de Maria, irmã de Juliana e com ela deseja se casar. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O casamento entre Pedro e Maria é nulo de pleno direito.
- b) O casamento entre Pedro e Maria é anulável.
- c) O casamento entre Pedro e Maria é válido, mas incidirá o regime da separação obrigatória de bens.
- d) **O casamento entre Pedro e Maria é válido, podendo o casal livremente optar pelo regime de bens que desejar.**
- e) O casamento entre Pedro e Maria é inexistente.

08. No que concerne à sucessão testamentária, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O testamento válido pode ser modificado até os 80 (oitenta) anos de idade do testador.
- b) Qualquer uma das formas de testamento pode ser utilizada por qualquer pessoa, em quaisquer circunstâncias.

ESMESC

- c) A carta codicilar deverá necessariamente revestir-se da forma pública.
- d) O testamento cerrado será aberto pelo Ministério Público.
- e) O autor da herança, que não possui herdeiros necessários, pode dispor de mais da metade de seus bens em testamento.

09. José faleceu na cidade de São Paulo, SP, em 10/04/2023 sem deixar testamento ou herdeiros conhecidos. No entanto, existem bens a serem partilhados no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), dentre eles, duas casas na cidade de Florianópolis, SC, e um apartamento em Brasília, DF. É CORRETO afirmar:

- a) O domicílio em que será processado o inventário de José será Florianópolis, SC, local em que possuía o maior número de bens imóveis.
- b) Na inexistência de herdeiros, os bens serão declarados vacantes depois de cinco anos da declaração de jacência dos bens pelo juiz.
- c) Até o momento da declaração de vacância, é possível a Marcos, primo de José, habilitar-se e receber a herança deixada pelo *de cujus*.
- d) Em caso de declaração de vacância, os bens serão destinados ao município de Florianópolis, SC.
- e) Em caso de declaração de vacância, os bens serão destinados ao município de Brasília, DF.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) De acordo com o STJ, é apenas quando o melhor interesse da criança ou do adolescente esteja em causa é que será possível reconhecer a multiparentalidade.
- b) Na guarda unilateral, o genitor não guardião exercerá o direito de convivência e poderá supervisionar os interesses do filho, desde que o Juiz autorize.
- c) Sobrinhos podem exigir dos tios a obrigação alimentar, assim como o direito sucessório.
- d) De acordo com o STJ, é válida a cláusula de renúncia aos alimentos entre companheiros no contrato de união estável.
- e) O prazo prescricional para se exigir a divisão do patrimônio amealhado durante uma união estável é dois anos, a contar da separação de fato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Sobre a tutela cautelar em caráter antecedente, assinale a alternativa CORRETA:

- a) se a cautelar concedida não for efetivada dentro de 30 dias, perderá seus efeitos e será vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento.
- b) concedida liminarmente a tutela, esta se estabilizará se a parte requerida não interpuser o respectivo recurso.
- c) o juízo poderá concedê-la na modalidade de evidência.
- d) o procedimento trará ao requerido duas oportunidades para contestar, primeiramente o pedido cautelar e, depois, o pedido principal, sendo ambas no prazo de 15 dias.
- e) uma vez concedida pelo juízo, o aditamento com o pedido principal deverá ser feito em autos apartados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

2) Sobre o benefício da justiça gratuita no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a decisão que concede o benefício tem efeitos *ex nunc*.
- b) a decisão que concede o benefício isenta o beneficiário do pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência.
- c) a concessão do benefício é requisito necessário para que o juízo defira o parcelamento do pagamento dos honorários do perito.
- d) integram as custas abrangidas pelo benefício da justiça gratuita os honorários do conciliador e do mediador.

ESMESC

e) para a concessão do benefício, ao postulante, pessoa natural ou jurídica, bastará a apresentação de declaração de hipossuficiência de recursos, salvo se o juízo determinar a comprovação por meio de documentos.

3) Fulano é empreiteiro e incorporador, e contrata a Fazobra Ltda. para instalar os azulejos da edificação que incorpora, de acordo com o projeto apresentado. Em troca, Fulano dá em pagamento um dos apartamentos do edifício incorporado, avaliado em R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). A Fazobra inicia os trabalhos, mas não os conclui. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta sob a ótica das execuções cíveis: ANULADA

b) o exequente poderá requerer ao magistrado autorização para que a obrigação da Fazobra seja realizada por terceiro às custas do executado, hipótese em que a execução será na modalidade pagar quantia, e a Fazobra deverá pagar diretamente ao terceiro, que assume, no processo, a posição de credor exequente.

c) como não existe previsão legal para a contratação de terceiro no curso da execução, caberá a Fulano somente a opção da multa diária por descumprimento da obrigação pactuada ou a conversão em perdas e danos.

d) a obrigação da Fazobra é de entregar coisa certa (obra pronta), e não se aplicam ao caso as disposições referentes às obrigações de fazer, mas somente de entregar coisa.

e) mesmo que o contrato celebrado entre as partes seja um título executivo, a sua execução será impossível pela total ausência de certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação.

4) Fulano e Beltrano celebraram um contrato de promessa de compra e venda de imóvel. No ato da assinatura do contrato, Fulano entregou a posse precária do imóvel e Beltrano pagou as arras confirmatórias. Após 6 (seis) meses, Beltrano não pagou mais nenhuma parcela do preço, estando inadimplente com mais de 70% (setenta por cento) desse montante. Fulano propôs ação de resolução de contrato por inadimplemento, e o magistrado julgou procedente o pedido, determinando a devolução de valores recebidos e a posse do imóvel. Após depositar os valores recebidos em juízo, Fulano teve que instaurar cumprimento da sentença para reaver a posse do imóvel, e Beltrano, na impugnação ao cumprimento da sentença, argumentou existirem benfeitorias indenizáveis e requereu a retenção do imóvel até que ocorresse o pagamento dessa indenização. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

a) a existência de benfeitorias indenizáveis deveria ter sido apresentada na fase de conhecimento, na contestação. Como não é argumento para impugnação ao cumprimento da sentença, o juízo deverá determinar a imediata imissão na posse em favor de Fulano.

b) se Beltrano garantir a execução com penhora, depósito ou caução, e fizer o requerimento, o magistrado poderá conceder efeito suspensivo à impugnação, e, somente então, poderá ocorrer a retenção do imóvel por benfeitorias.

c) como é vedada a argumentação genérica, o magistrado somente poderá conceder a retenção do imóvel ao executado se se tratarem de benfeitorias necessárias.

d) como se trata de uma promessa de compra e venda, não é cabível a retenção do imóvel por benfeitorias indenizáveis.

e) a ação de conhecimento proposta não é a medida processual adequada a esse tipo de inadimplemento contratual.

ESMESC

5. Fulano celebrou um contrato de abertura de conta corrente e cheque especial com o Banco Grana S.A. Fulano se emocionou nas festas de final de ano e gastou mais do que poderia, o que o obrigou a fazer uso do limite do cheque especial. Obviamente, a dívida passou a crescer exponencialmente mais do que os ganhos de Fulano, que não conseguiu mais paga-la. Fulano procurou um advogado que, mesmo sem fundamentos aceitáveis, propôs uma ação revisional de contrato bancário com pedido de suspensão liminar de pagamentos até o julgamento definitivo da demanda. A sentença foi proferida liminarmente, sem citar o banco réu, pela improcedência do pedido de Fulano. Na sentença, o magistrado reconheceu que todas as cláusulas do contrato são válidas e que a dívida e o valor cobrados pelo banco são exigíveis, de acordo com entendimento já consolidado pelo STJ em julgamento de caso repetitivo. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o Banco Grana S.A., mesmo não tendo participado da fase de conhecimento do processo, poderá utilizar essa sentença como título executivo judicial, e instaurar o seu cumprimento no mesmo processo.
- b) como o Banco Grana S.A. não foi citado no processo, não terá legitimidade para propor o cumprimento forçado dessa sentença, já que não é parte.
- c) essa sentença não constitui título executivo judicial, pois não condenou expressamente Fulano ao pagamento das quantias previstas no contrato.
- d) essa sentença não constitui título executivo judicial a favor do Banco Grana S.A. pois, para tal, deveria haver reconvenção no processo.
- e) a sentença, por ter sido proferida sem a citação do réu, não resolveu o mérito da demanda, o que faz com que não constitua título executivo judicial.

6) Sobre a ação de habilitação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) deve ser processada nos autos do processo principal, na instância que estiver, o qual será necessariamente suspenso.
- b) deve ser processada nos autos do processo principal, quando estiver em primeira instância, e em autos suplementares, se estes estiverem em instância recursal. Somente na primeira hipótese haverá a suspensão do processo.
- c) a sentença de habilitação não transita em julgado, pois é de natureza puramente processual.
- d) somente os sucessores e o cônjuge do falecido possuem legitimidade para propor ação de habilitação.
- e) recebida a inicial, o juízo determinará a citação dos interessados para se pronunciarem no prazo de 15 (quinze) dias.

7) A sociedade empresarial FalliDez Ltda., através de assembleia geral, decide excluir o sócio Fulano. Fulano participa da assembleia e questiona sobre a apuração de haveres, e os sócios remanescentes dizem que, conforme parecer da contabilidade, Fulano deve ressarcir à sociedade a importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Fulano não concorda, e a assembleia é encerrada. Uma semana depois, Fulano é notificado extrajudicialmente para pagar o saldo dos haveres e para assinar o distrato social. Fulano apenas assina o distrato social, mas se nega a reconhecer a dívida apresentada. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fulano poderá propor ação de dissolução parcial de sociedade, exclusivamente para a apuração dos haveres, que considerará como data da sua saída a data da assembleia.
- b) Fulano poderá propor ação de dissolução parcial de sociedade, exclusivamente para a apuração dos haveres, que considerará como data da sua saída a data da notificação extrajudicial.
- c) Fulano poderá propor ação de dissolução parcial de sociedade, exclusivamente para a apuração dos haveres, que considerará como data da sua saída a data da assinatura do distrato.
- d) Fulano deverá propor ação indenizatória pelo procedimento comum, pois a sociedade empresarial já havia excluído o sócio anteriormente à propositura da ação, o que impede a utilização do procedimento especial de dissolução parcial de sociedade.

ESMESC

e) se a assembleia for válida e regular, a dívida de Fulano estará por ela constituída, e não poderá ser questionada judicialmente, pois a assembleia é soberana.

8) Fulano recebe uma citação do Juizado Especial Cível, na qual consta a intimação de que o juizado concedeu, liminarmente, a tutela antecipada ao Autor, Beltrano. A fim de impugnar essa decisão, Fulano impetra um mandado de segurança junto ao tribunal de justiça estadual, o qual tem a segurança negada. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) da decisão denegatória do tribunal caberá recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.
- b) da decisão denegatória do tribunal não caberá recurso ordinário.
- c) da decisão denegatória do tribunal caberá Recurso Especial ou Extraordinário.
- d) da decisão denegatória do tribunal caberá recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- e) o mandado de segurança deveria ter sido impetrado perante a turma recursal do próprio juizado especial, e não perante o tribunal de justiça estadual.

9) Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa CORRETA:

- a) é cabível contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
- b) não é cabível contra sentenças terminativas, que não resolvem o mérito.
- c) somente será cabível contra a íntegra da sentença, e não sobre apenas um ou mais capítulos dela.
- d) no caso de julgamento antecipado parcial de mérito transitado em julgado, o prazo para a propositura conta do trânsito em julgado dessa decisão.
- e) o terceiro interessado não possui legitimidade para a sua propositura.

10) Sobre a reclamação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) julgando procedente a reclamação, o tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.
- b) é admissível mesmo quando proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- c) julgando procedente a reclamação, o tribunal informará ao tribunal recorrido para que faça a adequação da decisão reclamada.
- d) a reclamação é cabível quando proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.
- e) a reclamação é de competência exclusiva dos tribunais da União (STJ e STF).

DIREITO PENAL

1. A respeito do Princípio da Legalidade Estrita e seus efeitos, identifique a assertiva CORRETA:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. A cominação da pena, por outro lado, nem sempre depende de lei.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mas desde que ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) Por orientação sumulada pelo Supremo Tribunal Federal, a nova lei penal se aplica ao crime permanente, mas desde que não traga prejuízos ao investigado/acusado/apenado.
- d) Com previsão Constitucional, o Princípio da Legalidade Estrita para normas penais incriminadoras admite pontuais exceções, ainda que traga prejuízos ao investigado/acusado/apenado.
- e) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

2. Conforme o Código Penal brasileiro, considera-se lugar do crime:

ESMESC

- a) O lugar onde ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, não sendo relevante o local onde se produziu o resultado.
- b) Somente o lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- c) **O lugar da ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.**
- d) Somente o lugar onde se produziu toda a ação ou omissão, não sendo relevante o local onde se produziu o resultado.
- e) O Código Penal brasileiro não prevê expressamente critérios para definir o lugar do crime.

3. Ao final do Processo Penal, o juiz verificou que o fato praticado pelo Acusado é justificável (causa justificante), tendo em vista estar comprovada presença de causa excludente de ilicitude. Neste caso, é possível que a excludente esteja fundada:

- a) Na Inexigibilidade de conduta diversa.
- b) No Princípio da Insignificância.
- c) **No Estado de Necessidade.**
- d) No erro de proibição.
- e) Na inimputabilidade provocada por doença mental.

4. No concurso de pessoas, comunicam-se aos coautores e partícipes:

- a) **as condições de caráter pessoal, desde que elementares do crime.**
- b) as condições de caráter pessoal, ainda que não sejam elementares do crime.
- c) as circunstâncias subjetivas do agente (tais como reincidência e grau de parentesco), ainda que não sejam elementares do crime.
- d) as condições de caráter pessoal, mas apenas nos chamados crimes funcionais.
- e) as circunstâncias subjetivas do agente (tais como reincidência e grau de parentesco), mas apenas nos chamados crimes funcionais.

5. Na sentença condenatória, deve o juiz dosar a pena a partir de critérios estabelecidos na lei penal. Assim, após fixar a pena-base, deve o magistrado:

- a) Levar em consideração as causas de diminuição e de aumento de pena; em seguida, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as circunstâncias especiais de aumento e diminuição de pena.
- b) Considerar as causas de diminuição e de aumento de pena; por último, as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- c) Considerar fatores relacionados à reincidência penal; depois disso, computar as questões relacionadas à confissão do agente; na sequência, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes, e, por último, as causas de diminuição e de aumento de pena.
- d) **Considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento de pena.**
- e) Levar em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes; em seguida, considerar as causas de diminuição e de aumento de pena; por último, considerar as causas especiais de aumento e diminuição de pena.

6. Acerca das causas extintivas da punibilidade, identifique a assertiva CORRETA:

- a) O oferecimento da denúncia ou da queixa interrompe o curso do prazo prescricional.
- b) **A *abolitio criminis* é causa extintiva da punibilidade.**
- c) A morte da vítima, em regra, é causa extintiva da punibilidade.
- d) No crime de injúria, a retratação do agente é causa extintiva da punibilidade.
- e) As causas extintivas de punibilidade estão todas previstas no art. 107 do Código Penal brasileiro. Tem-se, então, rol taxativo a respeito da matéria no dispositivo referido.

7. Ricardo dispara uma arma objetivando a morte de Alfredo, sendo certo que o tiro não atinge órgão vital por circunstâncias alheias a sua vontade. Durante o socorro, a ambulância que levava Alfredo ao Hospital é atingida violentamente por um caminhão dirigido por Pedro que, imprudentemente, avança sinal vermelho. Em razão da colisão, Alfredo vem a óbito em razão de traumatismo craniano. Diante disso, os crimes imputáveis a Ricardo e Pedro, respectivamente, são:

- a) Tentativa de homicídio e homicídio doloso consumado.
- b) Lesão corporal seguida de morte e homicídio culposo.
- c) Tentativa de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.
- d) Homicídio culposo e homicídio culposo.

e) Tentativa de homicídio doloso e homicídio culposo.

8. Com relação aos crimes de abuso de autoridade (Lei 13.869/19), identifique a assertiva CORRETA:

- a) O Delegado de Polícia deu cumprimento a Mandado de Prisão Temporária (05 dias) de Alfredo na última terça-feira, pela suspeita da prática de crime de roubo. Neste caso, como o vencimento do prazo da prisão se dará no próximo sábado, deve a liberdade de Alfredo ser restituída apenas no próximo dia útil subsequente (segunda-feira), sob pena da prática de crime de abuso de autoridade.
- b) O Delegado de Polícia que instaura Inquérito Policial contra quem sabe inocente pratica crime de abuso de autoridade.
- c) Os crimes de abuso de autoridade estão condicionados à presença de dolo específico (fim especial de agir) consubstanciados na prática de prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo, beneficiar a terceiro, ou, ainda, decorrentes de mero capricho ou satisfação pessoal. Apenas excepcionalmente se admite modalidade culposa.
- d) A sentença decorrente de processo penal que apura crime de abuso de autoridade que reconhece ter sido o fato amparado em causa justificante (causa excludente de ilicitude) não faz coisa julgada em âmbito administrativo, diante da independência que opera entre uma e outra.
- e) Os crimes de abuso de autoridade são todos de ação penal pública condicionada à representação.

9. A respeito dos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), informe a assertiva CORRETA:

- a) O processo e julgamento do crime de tráfico de drogas na modalidade transnacional é, em regra, de competência da Justiça Estadual. Excepcionalmente, a competência é da Justiça Federal.
- b) O agente que prepara e mantém em depósito substância entorpecente com o objetivo de vendê-la e, nesta circunstância, é preso em flagrante, pratica tentativa de tráfico de drogas, vez que não comercializou a droga por circunstâncias alheias a sua vontade.
- c) Conforme a Lei de Drogas, em caso de descumprimento injustificado e reiterado da pena resultante de condenação pela prática da infração do art. 28 (porte de drogas para uso pessoal) poderá o juiz convertê-la em pena privativa de liberdade.
- d) A lei de drogas é uma norma penal em branco homogênea, visto ser complementada por lei específica que expressamente relaciona as substâncias proibidas para efeitos penais.
- e) A lei de drogas prevê causa excludente de culpabilidade para o agente que, em razão da dependência de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

10. Na situação de roubo, se ocorrer homicídio e subtração consumados, há latrocínio consumado e, se ocorrer homicídio e subtração tentados, há latrocínio tentado. Nessas hipóteses, o entendimento é pacífico. Entretanto, no caso de homicídio consumado e subtração tentada, há diversas correntes doutrinárias. Para o Supremo Tribunal Federal, nessa última hipótese, há:

- a) Tentativa de latrocínio.
- b) Latrocínio consumado.
- c) Somente homicídio qualificado.
- d) Homicídio consumado em concurso formal com tentativa de furto.
- e) Homicídio consumado em concurso formal com tentativa de roubo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A questão prejudicial facultativa que enseja a suspensão do processo pressupõe que a decisão sobre a matéria controvertida a ser dirimida no juízo cível possa influir na final classificação jurídica do fato objeto do processo penal, mas não no reconhecimento da existência da infração penal.
- b) A questão prejudicial obrigatória que enseja a suspensão do processo penal pressupõe que a matéria controvertida recaia sobre o estado civil das pessoas e que de sua solução dependa o reconhecimento da existência da infração penal.
- c) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial facultativa somente pode ser determinada pelo juiz se já proposta no juízo cível a ação que vise solucioná-la.

- d) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial obrigatória pode ser determinada pelo juiz ainda que não tenha sido proposta no juízo cível a ação que vise solucionar a matéria controvertida.
- e) A decisão irrecorrível do juízo cível que soluciona a questão prejudicial obrigatória no sentido da atipicidade dos fatos descritos na denúncia vincula o juiz do processo penal.

2. Quando desconhecido o lugar onde ocorreu a infração, e o réu tiver mais de uma residência, a competência, entre os juízes das respectivas jurisdições, se estabelecerá:

- a) **pela prevenção.**
- b) pela continência.
- c) pela conexão.
- d) pela distribuição.
- e) nenhuma das opções anteriores.

3. Quanto aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os atos processuais serão públicos e serão realizados somente em horário diurno e em dias úteis.
- b) Do ato de intimação do autor do fato ou do mandado de citação do acusado, constará a recomendação de seu comparecimento acompanhado de advogado, cuja presença é facultativa.
- c) A citação será pessoal e far-se-á sempre no próprio Juizado.
- d) O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.
- e) **Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.**

4. Em se tratando de sentença condenatória proferida no juizado especial criminal, a dosimetria da pena:

- a) será obrigatória somente no caso de pena privativa de liberdade cumulada com multa.
- b) **será obrigatória no caso de sentença que fixa pena privativa de liberdade.**
- c) não se aplica, independentemente da pena imposta.
- d) será obrigatória somente no caso de pena privativa de liberdade por período igual ou superior a dois anos.
- e) será obrigatória somente no caso de o juiz substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

5. Sobre as nulidades no processo penal, é CORRETO afirmar que:

- a) **a nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.**
- b) a declaração de nulidade independe da ocorrência de prejuízos para a acusação ou para a defesa.
- c) ocorrerá nulidade por incompetência, mas não por suspeição do juiz.
- d) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada, mesmo diante da ratificação dos atos processuais.
- e) é possível arguir nulidade a que tenha dado causa.

6. Se um acusado, citado por edital, não comparecer para defender-se em ação penal pelo crime de falsidade ideológica, nem constituir advogado, o juiz:

- a) deverá decretar a prisão preventiva do réu.
- b) determinará a interrupção do curso do prazo, que é prescricional.
- c) decretará revelia do réu e dará seguimento ao processo com defensor dativo.
- d) não poderá determinar a produção de provas consideradas urgentes.
- e) **suspenderá o processo e o curso do prazo, que é prescricional.**

7. Em relação aos recursos e aos temas relativos ao processo penal, é INCORRETO afirmar:

- a) Segundo entendimento jurisprudencial, a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- b) Segundo o STF, a apelação despachada pelo juiz no prazo legal não fica prejudicada pela demora da juntada, por culpa do cartório.
- c) Há entendimento jurisprudencial de que não fica prejudicada a apelação entregue em cartório no prazo legal, embora despachada tardiamente.
- d) De acordo como o STF é nulo o julgamento da apelação, se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

e) O Tribunal de Justiça, em análise de recurso exclusivamente da defesa, pode reconhecer de ofício nulidade absoluta, ainda que em prejuízo do réu.

8. Conforme a doutrina e a jurisprudência dominantes nos Tribunais Superiores, no tocante ao exercício da ação penal, suas condições e o respectivo controle jurisdicional, é CORRETO afirmar que:

- a) não poderá o ministério público desistir da ação penal, mas poderá opinar pela absolvição do acusado, podendo o juiz acatar ou não o pronunciamento ministerial;
- b) possuem as pessoas jurídicas de direito público legitimidade para exercer a ação penal privada subsidiária da pública, ainda que não se configurem como parte ofendida pelo delito;
- c) poderá a queixa, na ação de iniciativa privada, ser dada por procurador com poderes especiais, sem a necessidade de menção ao fato criminoso na procuração;
- d) a participação de membro do ministério público na fase investigatória criminal acarreta seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia;
- e) poderá o juiz, de ofício, rever a decisão que recebeu a denúncia para rejeitá-la.

9. A respeito da *mutatio libelli* e *emendatio libelli*, é CORRETO afirmar:

- a) Havendo o aditamento da denúncia depois de admitida a *emendatio libelli*, cada parte poderá arrolar até cinco testemunhas para serem ouvidas.
- b) O princípio da congruência não permite que o juiz atribua definição jurídica distinta daquela descrita na denúncia quando a nova tipificação prever pena mais severa.
- c) Na hipótese do juiz reconhecer a *emendatio libelli*, não poderá, caso a nova figura típica reflita hipótese de furto simples, oferecer a suspensão condicional do processo, mesmo que já encerrada a instrução processual e que o acusado preencha os requisitos previstos na Lei nº 9.099/95.
- d) O reconhecimento da *emendatio libelli* perpetua a competência do prolator da decisão para a análise da nova figura típica, independentemente da nova tipificação.
- e) No caso do Ministério Público não aditar a denúncia após ser reconhecida nova definição jurídica do fato em vista de provas existentes nos autos de elementos não contidos na denúncia, deverá o Magistrado aplicar a regra contida no artigo 28 do CPP.

10. No que diz respeito às medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mesmo que já tenham sido transferidos a terceiro.
- b) O processo de especialização do arresto, bem como, o da hipoteca legal devem correr em auto apartado. Quanto ao levantamento do arresto, ocorrerá em virtude da absolvição do réu ou extinção da punibilidade por sentença irrecorrível.
- c) As medidas assecuratórias podem ser definidas como providências tomadas em virtude da persecução penal, com o intuito de garantir o ressarcimento pecuniário da vítima da infração penal e evitar o lucro do acusado com a prática criminosa. Além disso, as medidas assecuratórias são utilizadas para o pagamento das custas processuais e de eventuais multas.
- d) Se o responsável não possuir bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente, não poderão ser arrestados bens móveis que constituírem bens de família.
- e) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

ESMESC

2ª ETAPA

DIREITO

01.Neymar da Silva e Martha Correia, companheiros em relação estável mantida há mais de 10 anos, adquiriram de Raí Marcos, mediante contrato escrito firmado apenas pelo varão e pelo alienante, a posse de um imóvel situado no município e comarca de Rio do Meio, terreno identificado como C4, da quadra 5, do Loteamento da Choradeira, e que era ocupado por Raí e sua família há mais de cinco anos, mediante posse pacífica, contínua e igualmente com justo título. O preço foi pago à vista, em espécie, e houve a imediata entrada no imóvel. Neymar e Martha, contentíssimos com a nova morada do casal, adquirido por esforço e mantido por atos de comosse dos companheiros, ergueram sobre o imóvel um prédio de alvenaria, além de terem realizado algumas benfeitorias úteis e voluptuárias numa outra acessão existente no imóvel, para lá instalarem alguns cavalos da raça Mangalarga que eram criados por Neymar. Tendo firmado moradia no local, e desfrutando das benesses que a vida fora da cidade grande lhes proporcionava, Neymar e Martha assim permaneceram absolutamente felizes por mais de 8 anos, até que num infeliz dia de agosto Neymar foi citado, por meio de mandado, em demanda reivindicatória proposta nesse último ano por Edson Arantes Quintino, na qual o reivindicante apresentou como prova apenas o título de propriedade do mesmo imóvel, levado a registro há mais de 30 anos, daí requerendo a tutela dominial a ser prestada em sentença (imóvel cuja posse acabou sendo adquirida por Neymar e Martha, conforme mencionado – o terreno identificado por C4, da quadra 5, do Loteamento da Choradeira). Assentadas essas premissas fáticas, responda(em até 200 palavras, no todo):

a)Considerando a situação descrita, há litisconsórcio passivo necessário de Neymar e Martha na demanda reivindicatória proposta por Edson Arantes Quintino? E eventual nulidade pela ausência de citação da companheira pode ser alegada por Neymar?

Caminho da resposta:

Sim. Considerando a natureza real da demanda reivindicatória, nos termos do art. 73, parágrafo primeiro, I e II, do CPC, há litisconsórcio passivo necessário entre Neymar e Martha. Todavia, consoante entendimento da jurisprudência, inclusive do STJ, essa circunstância e a eventual nulidade daí decorrente somente poderiam ser alegadas por Martha.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. REIVINDICATORIA. AÇÃO REAL. CPC, ART. 10. CITAÇÃO DE AMBOS OS CONJUGES. OBRIGATORIEDADE. LITISCONSORCIO PASSIVO NECESSARIO. MINISTERIO PUBLICO. INTERVENÇÃO. INTERESSE DE MENORES. ANULAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO. RECURSO PROVIDO. I - SENDO A AÇÃO REIVINDICATORIA UMA AÇÃO REAL, TEM-SE POR NECESSARIA A CITAÇÃO DE AMBOS OS CONJUGES-REUS, INDEPENDENTEMENTE DO REGIME DE CASAMENTO. II - HAVENDO INTERESSE DE MENORES, AINDA QUE INDIRETAMENTE, DEVE SER OUVIDO O MINISTERIO PUBLICO COMO "CUSTOS LEGIS" (STJ, REsp 73.975/PE, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/11/1997, DJ 02/02/1998, p. 109).

REINTEGRAÇÃO DE POSSE - AUDIENCIA DE JUSTIFICAÇÃO FALTA DE CITAÇÃO DE CO-RÉU PARA AQUELE ATO. EVENTUAL PREJUÍZO HAVERA DE SER ALEGADO POR ELE, QUE NÃO FOI CITADO, E NÃO PELO OUTRO RÉU. (REsp 38171/SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/1993, DJ 07/02/1994, p. 1178). Ainda, no sentido de que somente o preterido pode alegar a falta de outorga: RTJ 82/419; RT 599/194; 530/231; RJTJSP 91/238; 66/167; RJTAMG 40/237; 20/172.

b)É possível a Neymar e Martha alegarem a prescrição aquisitiva como tese de defesa? Nesse caso, para configurar a usucapião ordinária, poderiam Neymar e Martha fazer uso do instituto denominado *accessio possessionis*?

Caminho da resposta:

ESMESC

Sim. Nos termos da Súmula 237 do STF, a usucapião pode ser alegada como matéria de defesa em contestação da demanda reivindicatória proposta por Edson Arantes Quintino. Nesse caso, Neymar e Martha, nos termos do art. 1.243 do CC, poderiam fazer uso da *accessio possessionis* e somar à posse por eles exercida o tempo de exercício possessório por parte de Raí Marcos, já que também de caráter contínuo, pacífico e com justo título.

Neste sentido (*mutatis mutandis*):

“AÇÃO REIVINDICATÓRIA - JUÍZO PETITÓRIO - CARACTERÍSTICAS - EXCEÇÃO DE USUCAPIÃO ORDINÁRIA - MATÉRIA DE DEFESA - POSSIBILIDADE - POSSE AD USUCAPIONEM - POSSE CONTÍNUA, INCONTESTADA E COM ÂNIMO DE AQUISIÇÃO - INOCORRÊNCIA - SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE - SUPOSTA TRANSMISSÃO A TÍTULO SINGULAR POR ATO INTER VIVOS - AUSÊNCIA DE PROVA - ACESSIO POSSESSIONIS - SOMA DAS POSSES - IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE - NÃO CONFIGURAÇÃO DO LAPSO TEMPORAL - EXCEÇÃO NÃO COMPROVADA - SENTENÇA REFORMADA - PLEITO REIVINDICATÓRIO PROCEDENTE - RECLAMO PROVIDO. A ação reivindicatória é ação real ou petítória, que compete ao proprietário não possuidor da coisa para reavê-la do poder de terceiro, possuidor não proprietário, que injustamente a detenha. O sucesso da demanda exige a reunião de dois elementos, quais sejam, o domínio do autor e a posse injusta do réu. A usucapião ordinária, no juízo petítório, pode ser oposta como matéria de defesa. A posse ad usucapionem tem de ser contínua, incontestada e com animus domini, ensejando solução de continuidade a transmissão a título singular, por ato inter vivos, não comprovada nos autos. O possuidor não pode, para fins de contagem do tempo exigido para a usucapião, acrescentar a sua suposta posse à do seu antecessor, se não comprovou a transmissão a título singular, o que acarreta a não configuração do lapso temporal permissivo. Não comprovada a exceção de usucapião e dispondo o reivindicante de melhor título, colhe êxito o pleito petítório manejado” (TJSC, Apelação Cível n. 1998.012543-0, de Chapecó, rel. Monteiro Rocha, Segunda Câmara de Direito Civil, j. 18-12-2003).

c)Tendo Neymar e Martha arguido apenas a exceção de usucapião (não houve reconvenção) ao pedido petítório deduzido, a sentença que concluir pela improcedência do pleito reivindicatório, dada justamente a usucapião ordinária, constitui título hábil para ser levado a registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente (art. 1.241, parágrafo único, do CC)?

Caminho da resposta:

Para a sua resposta, considere a seguinte informação:

CC, Art. 1.241. Poderá o possuidor requerer ao juiz seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade imóvel.

Parágrafo único. A declaração obtida na forma deste artigo constituirá título hábil para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Não, no caso descrito, havendo o acolhimento da exceção da usucapião apenas como matéria de defesa, a sentença proferida não tem, nesse ponto, natureza constitutiva, de modo que não constitui título hábil para ser levada a registro perante o Cartório Imobiliário, tal como prevê o art. 1.241, parágrafo único, do CC. Com isso, haveria apenas a rejeição do pedido reivindicatório deduzido.

A propósito:

(...) CIVIL - AÇÃO REIVINDICATÓRIA - ARGUIÇÃO DE USUCAPIÃO - MATÉRIA DE DEFESA - STF, SÚMULA 237 - REQUISITOS SATISFEITOS - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. "O usucapião pode ser arguido como mera defesa em ação reivindicatória, sem que, no entanto, a sentença que o reconheça como causa impeditiva da procedência do pedido, possa ser título hábil à transcrição no registro de imóveis. É bastante, porém, para o indeferimento do pleito petítório" (AC n. 2001.003889-7, Des. Henry Petry Junior). 2. Satisfeitos, pelo demandado, os requisitos previstos no art. 1.238, do Código Civil, não há o que se reparar na decisão que julgou improcedente o pedido reivindicatório em relação ao mesmo bem”(TJSC, Apelação n. 0000655-92.2014.8.24.0080, rel. Luiz César Medeiros, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 11-10-2022).

ESMESC

DIREITO

02. João e Luiz, reincidentes em crimes contra o patrimônio, em comum acordo e união de desígnios, entraram no estabelecimento “Compre Aqui” e subtraíram um aparelho eletrônico, no valor de R\$ 280,00. Na sequência, a Polícia Militar foi acionada e, após verificar as câmeras de segurança, saiu em busca dos agentes, os quais foram encontrados na posse do bem subtraído, que foi restituído à vítima.

Oferecida a denúncia e após o regular trâmite processual, a defesa dos acusados pleiteou a absolvição de ambos pela atipicidade da conduta pela aplicação do princípio da insignificância, tendo em vista o pequeno valor do bem furtado, que foi, ademais, restituído à vítima.

Com base no caso acima (em até 200 palavras, no todo):

- (a) Discorra acerca do princípio da insignificância, abordando, também, os seus requisitos;
- (b) No caso acima relatado, haveria elementos para o juiz acolher a alegação defensiva?

ESMESC

Espelho de prova:

(a)	Pontos passíveis de abordagem: - afasta a tipicidade da conduta; - intervenção mínima, fragmentariedade, caráter subsidiário do Direito Penal; - a jurisprudência tem entendido que o valor da <i>res furtiva</i> não pode ultrapassar 10% do salário mínimo; - o delito praticado na forma qualificada, por ser aquele que o legislador reputa que merece tratamento mais severo e revela a periculosidade social do agente, afasta a sua aplicação; - como regra, a reincidência afasta a aplicação do princípio da insignificância, já que denota a habitualidade criminosa, embora seja possível que o juiz, à luz das circunstâncias concretas, compreenda ser a sua aplicação recomendável; - requisitos: segundo entendimento consolidado do STF, os requisitos, a serem preenchidos de forma concomitante, são: (i) mínima ofensividade da conduta do agente; (ii) nenhuma periculosidade social da ação; (iii) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e (iv) relativa inexpressividade da lesão jurídica. (STF, HC 202883 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES julgado em 15/09/2021)	3,0
	Não.	0,5
(b)	O crime foi praticado mediante concurso de dois agentes, sendo, portanto, furto qualificado. Além disso, ambos os agentes eram reincidentes específicos em crimes contra o patrimônio e, por fim, o valor do bem furtado ultrapassava 10% do salário mínimo. Nesse contexto, é irrelevante que o bem tenha sido restituído.	1,0
Uso adequado do vernáculo.		0,5
TOTAL		5,0

Fundamentos:

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS (ART. 155, §4º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA CONDENATÓRIA. DOIS DENUNCIADOS. RECURSO DA DEFESA DE UM DOS RÉUS.

PRETENSA ABSOLVIÇÃO ANTE A ATIPICIDADE DA CONDUTA E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. VALOR DA RES FURTIVA QUE ULTRAPASSA 10% (DEZ POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. PRECEDENTES. ADEMAIS, DELITO COMETIDO MEDIANTE FORMA QUALIFICADA QUE DEMONSTRA ELEVADO GRAU DE REPROVABILIDADE NA CONDUTA DO ACUSADO. NÃO PREENCHIMENTO DOS VETORES AUTORIZADORES DA APLICAÇÃO DA BAGATELA. TESE AFASTADA.

HONORÁRIOS DA DEFENSORA NOMEADA. FIXAÇÃO DEVIDA ANTE O TRABALHO REALIZADO EM GRAU RECURSAL. VALOR ESTIPULADO DE ACORDO COM O ART. 85, § 2º E § 8º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E RESOLUÇÕES N. 5/2019 E N. 1/2020 DO CONSELHO DA MAGISTRATURA DESTA CORTE.

ESMESC

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJSC, Apelação Criminal n. 0001338-86.2019.8.24.0167, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz Neri Oliveira de Souza, Quinta Câmara Criminal, j. 26-01-2023, Informativo 124 do TJSC).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO TENTADO. WRIT ORIGINÁRIO NÃO IMPETRADO EM FAVOR DE ROBSON. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ABSOLVIÇÃO. DELITO PRATICADO EM CONCURSO DE PESSOAS E DURANTE O REPOUSO NOTURNO. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA. REITERAÇÃO DELITIVA. RÉU REINCIDENTE. ATIPICIDADE DA CONDUTA NÃO EVIDENCIADA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DE ROBSON NÃO CONHECIDO E DE LUIZ CARLOS NÃO PROVIDO.

(...)

2. O "princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. [...] Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como: (a) a mínima ofensividade da conduta do agente; (b) nenhuma periculosidade social da ação; (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público." (HC n. 84.412-0/SP, STF, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, DJU 19/11/2004).

3. A jurisprudência desta Corte entende que, tendo o furto sido praticado mediante o concurso de pessoas e durante o repouso noturno, resta demonstrada maior reprovabilidade da conduta, o que torna incompatível a aplicação do Princípio da Insignificância.

Precedentes.

4. A Quinta Turma reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando demonstrado ser tal medida recomendável diante das circunstâncias concretas, o que não se evidencia na hipótese, eis que o paciente "é reincidente, registrando condenações transitadas em julgado pela prática de roubo agravado e tráfico de drogas, cujas penas foram extintas no ano de 2018", o que denota sua habitualidade delitiva e afasta, por consectário, a incidência do princípio da bagatela.

5. Não há que se falar em atipicidade material da conduta, por não restarem demonstrados os exigidos ausência de periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade, bem como em razão da contumácia do agravante Luiz Carlos na prática de delitos contra o patrimônio.

6. Agravo regimental de Robson não conhecido e de Luiz Carlos não provido.

(AgRg no HC n. 792.160/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 17/4/2023, DJe de 20/4/2023.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO SIMPLES. INSIGNIFICÂNCIA. RÉU REINCIDENTE. VALOR NÃO EXPRESSIVO. ATIPICIDADE MATERIAL RECONHECIDA.

1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. A reincidência e a habitualidade delitiva têm sido compreendidas como obstáculos iniciais à tese da insignificância, ressalvada excepcional peculiaridade do caso penal.

3. Na hipótese, apesar da reincidência, o valor da subtração foi de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), equivalente a 2,4% do salário mínimo à data do fato, o que autoriza, de modo excepcional, a incidência do princípio da insignificância, diante da não relevante lesão ao bem jurídico tutelado.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 2.231.372/MG, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT), Sexta Turma, julgado em 18/4/2023, DJe de 24/4/2023.)